

Acerto com os credores

17 MAR 1993

Dentro do prazo previamente fixado, a proposta brasileira para a renegociação da dívida externa com bancos particulares conseguiu, na noite de segunda-feira, a adesão de credores que detêm pelo menos 95% do total de US\$ 44 bilhões que está em negociação. Trata-se de um fato importante, visto que, desde que os termos da proposta brasileira foram fechados com o comitê de assessoramento dos bancos em julho do ano passado, muita coisa que poderia ter assustado os credores aconteceu no Brasil.

Nesses oito meses em que os credores receberam vários comunicados sobre a proposta brasileira e ouviram exposições dos representantes do governo brasileiro nos principais centros financeiros do mundo, o Brasil trocou até de presidente, para não falar das constantes mudanças na equipe econômica do governo (Eliseu Resende é o quarto ministro da Fazenda do período).

Mesmo assim, os credores aderiram a uma proposta de renegociação da dívida de um país em desenvolvimento que é considerada a mais complexa (complexidade evidente no livro de 300 páginas distribuído a todos eles) desde 1982, quando os países devedores mergulharam numa profunda crise, provocada pela súbita alta dos juros internacionais. Como prêmio imediato, os bancos receberão um pagamento adicional de cerca de US\$ 170 milhões de juros atrasados do ano passado.

É preciso ressaltar, no entanto, que a adesão dos bancos não significa que o problema já está inteiramente resolvido. A solução final ainda deve demorar cerca de meio ano, para que sejam compatibilizados os interesses dos credores e do governo brasileiro.

A proposta brasileira ofereceu aos bancos a possibilidade de utilização de seis tipos diferentes de títulos, uns preservando o valor integral da dívida e outros com desconto imediato de 35%, com formas diferentes para o pagamento dos ju-

ros (flutuantes, baixos no início e mais altos no final do período de vigência do título, ou com capitalização dos juros dos primeiros anos do acordo), com ou sem garantias adicionais oferecidas pelo devedor, ou com compromisso do credor de entrar com dinheiro novo.

O governo brasileiro, como o negociador Pedro Malan deixou claro nas reuniões que manteve com os credores em Nova York, Tóquio, Frankfurt, Paris e Londres no mês passado, queria uma adesão maior aos chamados bônus de desconto (numa porcentagem mais alta que a obtida pela Argentina) e muito menor para os chamados bônus ao par (que preserva o valor da dívida).

Embora o levantamento preciso da preferência dos bancos ainda não seja conhecido, sabe-se que entre 60% e 70% deles optaram pelos bônus ao par, que têm juros crescentes ao longo da vigência do papel (4% no primeiro ano, 4,25% no segundo e assim por diante, até se fixar em 6% do sétimo ao trigésimo ano). É o papel que mais interessa aos credores. Ao Brasil interessam o bônus de desconto, mesmo que tenha de oferecer, como garantia, títulos do Tesouro norte-americano, e o bônus de dinheiro novo, pelo qual o credor se compromete a comparecer com 18,18% de dinheiro novo sobre o valor renegociado. Será necessário, portanto, compatibilizar esses interesses distintos.

Com a adesão dos credores, o Brasil consegue mais pontos para habilitar-se aos investimentos internacionais que procuram, em todo o mundo, as melhores alternativas de aplicação. É alentadora a constatação, feita pelo Banco Central, de que no ano passado o Brasil recebeu, em investimentos diretos, um total de US\$ 1,3 bilhão, total que não se registrava desde 1981. Uma vez assinado o acordo com os credores, a entrada de capitais externos — tão necessários à retomada do crescimento econômico — tenderá a crescer.

JORNAL DA TARDE